

Resenha

KIERKEGAARD, S.A. 2005. *As obras do amor - algumas considerações cristãs em forma de discursos*. Tradução e apresentação de Álvaro Luiz Montenegro Valls. Petrópolis/Bragança Paulista, Editora Vozes/Editora Universitária São Francisco, 431 p.

É possível constatar, até mesmo com certa facilidade, a ligação do pensamento kierkegaardiano tanto com a figura de Sócrates como com a figura de Cristo. Como já observaram diversos comentadores de sua obra, o pensador dinamarquês parece situar-se entre esses dois pólos. Tal fato não é, a rigor, algo novo. Afinal, desde o início do cristianismo, diversos autores operaram tal aproximação entre Sócrates e Cristo. A novidade é que Kierkegaard, bem ao seu modo, analisa não somente as semelhanças entre eles, mas também as suas dessemelhanças, tal como já enunciava, em 1841, na primeira tese do *Conceito de ironia*: "a semelhança entre Sócrates e Cristo está posta precipuamente em sua dessemelhança". Por isso, pode-se dizer, sem medo de errar, que a ironia socrática é o fio condutor de toda a obra kierkegaardiana, como muito bem já enunciou Henri-Bernard Vergote.

Nesse mesmo espírito, podemos nos aproximar agora da recente tradução brasileira das *Obras do amor*, que chega em hora tão propícia. Tal trabalho é composto de duas séries de discursos que possuem o objetivo de analisar a temática do amor, ou como diz o próprio subtítulo da obra, são *algumas considerações cristãs em forma de discursos*. A temática do amor é algo constante na filosofia desde os antigos gregos, notadamente em Sócrates, mestre da erótica e sedutor de jovens (a quem conduzia à filosofia), em Platão, cujo diálogo *Banquete* tornou-se célebre em toda a tradição filosófica ocidental, e até mesmo em Aristóteles, que explora a teoria da amizade (*philia*), que deve, no seu entender, ser o sustentáculo das relações sociais entre os homens.

Entretanto, a obra kierkegaardiana, ainda que faça muitas referências aos filósofos antigos, avança em relação a eles. Além disso, ela traz ao amor a idéia de dever. Trata-se do imperativo evangélico *Tu deves amar*. Tal ordem é expressa com clareza nos evangelhos, mas bem poderia também ter sido afirmada por algum filósofo germânico de Königsberg...

Amar, na perspectiva socrática, relaciona-se ao erótico e ao poder da sedução. Aquele que ama por essa perspectiva age de maneira egoísta, pensando sempre em si mesmo e na sua auto-realização. O importante aqui é escolher e seduzir. O grande objetivo desse tipo de amor não reside na posse, mas na conquista. Tal configuração amorosa é explorada por um dos pseudônimos kierkegaardianos *Johannes, o Sedutor*, autor do *Diário do sedutor* (da obra *A alternativa*) e pode ser melhor observada no *Banquete* de Platão (notadamente na cena da embriaguez de Alcebiades) e nas diversas interpretações da história de Don Juan.

No quadro do amor pintado no *Banquete* de Platão, tal como ocorre em qualquer simpósio, existem muitas posições acerca do amor. O que parece ser co-

num em todas elas é que o amor é sempre uma carência, algo que antes de se relacionar com um(a) outro/a, parece buscar o que há de mais íntimo em nós mesmos ou um reencontro com nossa metade amputada, tal como apontou Aristófanes no seu posicionamento.

A ética buscada pelos gregos (quer seja em Sócrates, Platão ou Aristóteles) consiste na busca da felicidade (*eudomonia*). Desse modo, a definição daquilo que os gregos almejavam como seu ideal ético, modela também o seu conceito de amor. Para eles, amar é buscar sempre a sua felicidade e a sua realização. Existe um *télos* ou um objetivo a ser alcançado.

Kierkegaard publica as *Obras do amor* em 1847, um ano após publicar o *Post-scriptum*, época em que o autor religioso se desvencilha dos disfarces pseudonímicos e passa, ele mesmo, a assinar e a assumir suas posições. Há nessa obra uma contraposição ao posicionamento grego clássico, a uma ética do dever meramente racional (como enfatizava Kant) e, diríamos hoje, até mesmo aos futuros posicionamentos da psicanálise freudiana e da perspectiva adorniana (onde muitos não são dignos do nosso amor, que deve sempre eleger).

O período de publicação dessa obra é um momento explosivo da história do pensamento e da política europeia. Manifestos e teses socialistas são extremamente comuns nessa época. O debate entre liberais e socialistas e a disputa pelo espólio intelectual de Hegel são uma constante nesse período, notadamente entre os grupos da direita e da esquerda. A perspectiva kierkegaardiana coloca em xeque tanto o posicionamento da cristandade e de grupos conservadores politicamente como dos grupos socialistas, severamente criticados por buscarem sua legitimação sempre nas massas e por tentarem superar o indivíduo.

É necessário sempre lembrar que essa obra é composta de *algumas considerações cristãs em forma de discursos*. Com efeito, trata-se de uma perspectiva confessadamente cristã, onde o imperativo *Tu deves amar ao teu próximo* é a máxima que deve sempre ser praticada por cada indivíduo (podendo talvez ser universalizada se entendermos os Evangelhos ao modo kantiano...). Soma-se ainda a ela um acréscimo, isto é, *Tu deves amar ao teu próximo como a ti mesmo*. Em outras palavras, o amor que cada um tem por si mesmo deve ser a medida igualmente destinada ao próximo. O próximo não deve ser objeto de nossa escolha e nem de nossa perspectiva estética, antes pode ser aquele que é mau e feio.

O amor cristão não é procedente do indivíduo, mas de Deus. Entretanto, cabe ao indivíduo cumprir o mandamento do amor. Todavia, diante de um mandamento, há sempre a liberdade humana para cumpri-lo ou refutá-lo. O amor é imperativo, mas é feito na forma de um convite por um Deus que preserve ao homem sempre a possibilidade, isto é, a vida ética. Não temos aqui um determinismo, mas uma escolha, tal como será apontado na *Escola do cristianismo* (em 1850) pelo pseudônimo *Anti-Climacus*.

A maneira que Kierkegaard escolhe para sua abordagem acerca do amor é o discurso. O pensador dinamarquês usa tal estratégia comunicativa durante toda sua produção: no período anterior a 1846 e no período posterior a essa data. Vergote intitula o período posterior como *o segundo percurso da obra kierkegaardiana*, ou seja, época do assumir do autor religioso. Os discursos têm por objetivo sempre a recusa de uma comunicação feita com a autoridade de uma cátedra (quer seja ela religiosa, acadêmica ou um misto dessas duas coisas). Trata-se de considerações produzidas no intuito de alertar e, se possível, ajudar na edificação do *homem comum*, que sempre parece tão explorado por pastores e professores na cristandade dinamarquesa. Se o Zaratustra nietzschiano é *um livro para todos e para ninguém*, *As obras do amor* (e também a polêmica do *Instante* de 1854/1855) destina-se a *todos e a qualquer um*.

Os discursos possuem sempre o tom irônico daquilo que pode ser dito num

púlpito religioso ou de algo que se deseja dizer no ouvido de quem se quer seduzir. Por isso, e por muitas sutilezas do idioma dinamarquês (que o tradutor muito bem aponta no texto kierkegaardiano), essa obra bem pode ter sido também destinada a ex-noiva Regina Olsen, que está para casar-se com outro homem no período de publicação desse trabalho. Por isso, muito ao contrário do que uma certa tradição, notadamente protestante, tentou imputar a Kierkegaard, os discursos não são *sermões*, mas apontamentos feitos por um irônico destituído de toda a autoridade das cátedras e grande admirador de Sócrates, o filósofo que *nada sabia*. Para Heidegger, há, inclusive, muito de filosofia nos discursos kierkegaardianos, talvez mais do que nas obras ditas filosóficas ou pseudonímicas.

O título *Obras do amor* evoca ainda o amor como algo extremamente concreto e para ser vivido entre os homens. No entender kierkegaardiano, assim como no entender cristão, o amor deve sempre estar acompanhado de obras ou gestos efetivos. Elogiar o amor é importante, e isso já o fizeram muitas poetas, tais como o próprio Platão ou Shakespeare e o pseudônimo *Johannes de Silentio*, autor de *Temor e tremor* (1843). Todavia, o amor cristão exige a prática. Curiosamente, Kierkegaard, formado dentro de uma tradição do protestantismo clássico luterano, que sempre foi, ao menos, tímida com a relação entre a fé e as obras, afirma sua posição em defesa de uma fé que se mostre sempre viva através de suas obras. Este parece ser apenas um dentre os muitos paradoxos (essenciais na perspectiva kierkegaardiana) presentes nessa obra e nessa proposta ética moderna, que busca superar tanto a antiga ética grega como se diferenciar de uma ética de cunho mais kantiano, bebendo, para tanto, nas fontes evangélicas, que bem poderiam hoje nortear o debate acerca da alteridade e da convivência com o próximo.

Marcio Gimenes de Paula

Departamento de Filosofia - Universidade Presbiteriana Mackenzie
marciogimenes@mackenzie.com.br